



1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Descentralização e Obras Municipais

PARECER SOBRE A PROPOSTA n.º 44/2016

Adenda ao Contrato de Delegação de Competências entre a CML e a Junta de Freguesia do Beato

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 44/2016 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia às Comissões competentes em razão da matéria, a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais deliberam emitir Parecer Conjunto, nos termos seguintes:

I – CONSIDERANDOS

1. Em 30 de Julho de 2015, foi celebrado Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia do Beato com vista à realização de obras de beneficiação do edifício municipal do Mercado da Picheleira, de modo a garantir as devidas condições operacionais e a qualidade dos serviços prestados à população;
2. No âmbito das competências atribuídas pelos art.ºs 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12SET e, a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia do Beato pretendem após autorização dos órgãos deliberativos competentes, a Assembleia Municipal e a

respectiva Assembleia de Freguesia, contratualizar uma Adenda ao Contrato de Delegação de Competências supra citado, de forma a acautelar a execução de obras de beneficiação que se mostraram, entretanto, devidas e necessárias no edifício desse Mercado;

3. Esta Adenda ao Contrato entretanto celebrado encontra fundamento na verificação, aquando do início das obras de beneficiação do Mercado, da existência de diversas deficiências graves que exigiram uma intervenção imediata, nomeadamente ao nível da cobertura que, para além da limpeza geral inicialmente prevista, necessitou de beneficiações na ligação aos algerozes, assim como melhorias no acabamento das paredes, nas vigas de suporte, tratadas com primário anticorrosivo e pintura e também nas tubagens e canalizações, com substituição de vários troços;
4. Estas circunstâncias imprevistas não permitiram ainda concluir a totalidade dos trabalhos especificados no referido Contrato.
5. A proposta de contratualização vertente, respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12SET, entre outros, a prossecução do interesse público e a necessidade e suficiência de recursos;
6. Ora prevê a alínea m) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais que compete à Câmara Municipal a submissão à Assembleia Municipal das propostas de celebração de Contratos de Delegação de Competências, para efeitos de autorização, nos termos da alínea k) do Art.º 25.º do Regime Jurídico das autarquias locais, aprovado pela mesma Lei n.º 75/2013, de 12SET e de forma idêntica para qualquer adenda ou alteração ao Contrato celebrado;

II – ANÁLISE da PROPOSTA

1. A Adenda ao Contrato inter-administrativo prevê, em conformidade com o disposto nos nºs 1, 2 e 5 do Art.º 115.º, ex vi do Art.º 122.º, ambos do Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias, os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas, como expresse na nova redacção proposta para a Cláusula 5.ª do Contrato.

2. A Proposta prevê assim a afectação dos recursos financeiros necessários à execução da referida Adenda, no montante de **€ 25 000,00 (vinte e cinco mil Euros)**, acrescidos ao montante inicial de **€ 10 000,00 (dez mil Euros)**.
3. Da mesma Adenda ao Contrato em análise, decorrem as seguintes obrigações:
 - i) A Junta de Freguesia promoverá as obras de beneficiação referidas no Anexo III, face às novas circunstâncias, patologias e necessidades verificadas no decurso das obras iniciais;
4. A Proposta apresenta-se devidamente instruída com os estudos previstos no n.º 3 do Art.º 115.º, aplicável por remissão do n.º 2 do Art.º 122.º, ambos do Regime Jurídico da Delegação de Competências dos Municípios nas Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12SET, em cumprimento da Recomendação n.º 1/54, aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Lisboa em 27JAN15

III – CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÕES

1. Reputa-se de particular importância a celebração dos presentes negócios jurídicos, assim como o facto de terem merecido a aprovação unânime das diferentes forças políticas representadas em sede de reunião de Câmara.
2. Entende-se que tendo sido escolhido pelos contratantes, para efeito da execução das obras especificadas no referido Anexo III, o formato de Adenda ao Contrato inter-administrativo inicial, seria porventura mais adequado subscrever clausulado adicional em vez de propor a substituição de parte do já entretanto celebrado e até, parcialmente executado.
3. A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de Parecer.

4. Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa a remessa à Assembleia Municipal dos Relatórios especificados na alínea f) da Cláusula 3.ª do Contrato de Delegação de Competência, notando-se que, desde que a Assembleia tem produzido e aprovado recomendações com este mesmo teor, é a primeira vez que um Relatório de Execução de competências delegadas é remetido pelo Município, neste caso quanto à Proposta n.º 365/2015 referente ao Contrato Inter-administrativo inicial, acompanhando agora a Proposta n.º 44/2016 em apreciação

IV – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de quaisquer outros elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por UNANIMIDADE dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

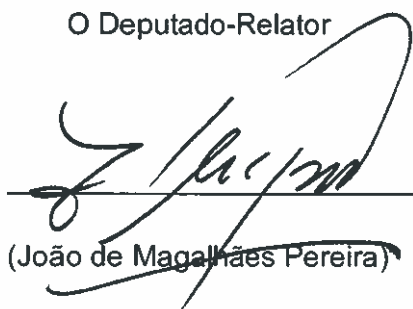
Assembleia Municipal de Lisboa, 29 de Fevereiro de 2016

A Presidente da 1.ª Comissão



(Irene Lopes)

O Deputado-Relator



(João de Magalhães Pereira)

O Presidente da 5.ª Comissão



(Miguel Mora Coelho)

A Deputada-Relatora



(Sofia Oliveira Dias)